

JORNAL PETROLEIRAS

ATÉ QUANDO?



Os números da violência contra a mulher e do feminicídio no Brasil escancararam uma realidade cada vez mais grotesca. Precisamos estar juntas para enfrentar a violência e defender a vida das mulheres. Neste 8 de março o recado é claro: **PAREM DE NOS MATAR!**

Foto: Agência Brasil



MULHERES EM LUTA!

O sentido político do 8 de Março, para a categoria petroleira, é simples e profundo: não há democracia sindical sem igualdade de gênero. E não há igualdade real sem enfrentar as violências que atravessam a vida das mulheres dentro e fora do trabalho.

Os números do feminicídio escancaram uma tragédia cotidiana. Mas eles dialogam com outras formas de violência, muitas vezes naturalizadas: o assédio moral e sexual, a desqualificação pública de lideranças, a sobrecarga imposta pela precarização, a dificuldade de acesso a canais eficazes de denúncia.

As mulheres sempre estiveram na base das mobilizações e nas linhas de frente das lutas da categoria. Garantir sua presença nos espaços de direção, proteger sua dignidade e assegurar condições de trabalho seguras não é concessão – é dever político. Neste jornal especial trazemos reportagens, depoimentos e dados que traçam um panorama da difícil situação para as mulheres no país, mas também dos caminhos para sua superação.

Neste 8 de Março, reafirmamos que enfrentar o machismo é fortalecer a organização coletiva. Cada denúncia acolhida, cada estrutura corrigida, cada homem que assume sua responsabilidade aproxima a categoria do projeto de justiça social que defendemos.

Foto: Agência Brasil



AUTO-ORGANIZAÇÃO FEMINISTA: A RESPOSTA COLETIVA À VIOLÊNCIA E AO FEMINICÍDIO

Por Miriam Nobre*

Quatro mulheres foram assassinadas a cada dia no Brasil em 2025. O feminicídio não é um crime isolado: é a expressão mais extrema de um contínuo de violências que atravessa a vida de todas as mulheres, restringindo sua liberdade, impondo um estado permanente de alerta e transformando tanto as ruas quanto os lares em espaços de risco.

Diante desse quadro, a auto-organização das mulheres é uma ferramenta política indispensável. Quando mulheres se organizam coletivamente, criam espaços livres de violência dentro de suas próprias estruturas e constroem, na prática, relações pautadas por outros valores. Construir espaços livres de violência nas nossas organizações não se trata de um gesto simbólico. Essa é nossa forma de demonstrar, concretamente, que outras formas de convivência são possíveis e de fortalecer as mulheres como sujeitos coletivos.

Essa disputa é estrutural. Acabar com o feminicídio exige desmontar a ordem patriarcal, racista e capitalista que o alimenta. A impunidade é um dos seus pilares, mas a resposta não pode se reduzir ao endurecimento de penas. A Lei Maria da Penha já aponta um caminho mais abrangente, ao articular responsabilização, prevenção e assistência de forma integrada, com financiamento contínuo e coordenação entre diferentes esferas de governo. O problema é que esse modelo raramente se realiza por completo.

Na 5ª Conferência de Políticas para as Mulheres, realizada em 2025, a Marcha Mundial das Mulheres avançou nessa direção

ao propor a criação de um sistema nacional de monitoramento das violências. A proposta prevê o cruzamento de dados por gênero, raça e etnia, orientação sexual, idade, deficiência e território, contemplando realidades urbanas, rurais, quilombolas e indígenas. Mais do que estatísticas melhores, essa ferramenta permitiria políticas públicas mais precisas e intervenções mais ágeis em situações concretas.

O debate sobre segurança pública também precisa ser enfrentado sem recuos. Feministas negras têm sido protagonistas nessa frente, articulando a crítica ao encarceramento em massa com o enfrentamento ao genocídio da juventude negra. Propostas como a descriminalização das drogas e uma nova abordagem aos crimes contra a propriedade, que respondem por 74,4% da população carcerária, apontam para um sistema de justiça capaz de concentrar seus recursos com mais eficiência nos crimes contra a pessoa, incluindo as violências de gênero. Debater formas alternativas de responsabilização não significa minimizar a violência contra as mulheres. Significa, ao contrário, levá-la a sério o suficiente para buscar respostas que funcionem.

No centro de tudo isso está a aposta na força coletiva. É nos movimentos feministas, nos coletivos e nas organizações de base que as mulheres sobreviventes encontram condições para reescrever suas histórias e se afirmar como sujeitos de suas próprias vidas. Junto com elas, exercitamos a liberdade como uma prática política permanente.

* Miriam Nobre é coordenadora da SOF Sempre Viva Organização Feminista e militante da Marcha Mundial das Mulheres.



Foto: Marcelo Aguilar

Mulheres da FUP reunidas em São Paulo; participação feminina tem crescido na federação

REGRA, PRESENÇA E ESTRUTURA: NOTAS SOBRE A PARTICIPAÇÃO DE MULHERES NO SINDICALISMO PETROLEIRO

Por Mariana Velloso*

Por muito tempo, a presença de mulheres no sindicalismo petroleiro oscilou entre visibilidade e rarefação. Elas sempre estiveram na base, nos locais de trabalho, nas mobilizações, compondo a vida cotidiana da categoria. Quando, porém, se observa a configuração das instâncias de decisão ao longo dos anos, nota-se que essa atuação não se convertia, na mesma proporção, em posições de direção. A desproporção não se anunciava como problema; integrava, quase silenciosamente, a paisagem organizativa.

Esse cenário pede um deslocamento de perspectiva. Em vez de indagar sobre a disposição individual das mulheres à militância, talvez seja mais produtivo examinar como se estruturam os mecanismos de indicação e composição das chapas. Circuitos políticos são também circuitos de confiança, formados historicamente, e tendem a reiterar trajetórias já legitimadas. A sub-representação, assim, não decorre da ausência de participação, mas de práticas que, sob aparência de neutralidade, estabilizam desigualdades.

O ponto de inflexão veio com a institucionalização das cotas. A partir de

sua incorporação na Federação Única dos Petroleiros (FUP), o acesso mínimo das mulheres às direções deixou de depender de arranjos contingentes e passou a ser assegurado por norma estatutária. O efeito foi concreto: a composição dos órgãos decisórios tornou-se mais diversa e a recorrência de chapas exclusivamente masculinas foi interrompida. A alteração incidiu diretamente sobre um arranjo que se reproduzia com notável estabilidade.

Esse movimento confirma algo recorrente na sociologia das instituições: estruturas de poder tendem à autorreprodução quando seus critérios de legitimação permanecem intactos. Confiança política se constrói no tempo e, em ambientes marcados por trajetórias masculinas predominantes, o capital político circula por vias já consolidadas. A política de cotas, nesse contexto, não opera como ornamento, mas como dispositivo de ruptura da inércia.

Isso não elimina as tensões. O trabalho sindical (intensivo em deslocamentos, reuniões prolongadas e disponibilidade ampliada) continua apoiado em uma economia do tempo que pressupõe relativa liberdade em relação às demandas de

cuidado. A divisão sexual do trabalho, longe de permanecer fora da esfera sindical, atravessa-a de maneira decisiva. A política não está apartada da reprodução social; sustenta-se sobre ela.

Ao assegurar presença, as cotas produziram um efeito que ultrapassa o plano quantitativo. Tornaram visível a engrenagem que antes se confundia com a normalidade. O debate deslocou-se da pergunta sobre “interesse” para a análise das condições concretas de participação e permanência. Nesse processo, o Coletivo de Mulheres foi fundamental ao formular a desigualdade como questão institucional, e não como insuficiência individual.

No 8 de março, mais do que celebrar avanços, importa reconhecer que a democratização interna não decorre de amadurecimento espontâneo das estruturas. Ela emerge quando mecanismos formais intervêm sobre padrões informais de reprodução do poder (e, ao fazê-lo, tornam visíveis as bases sociais que sustentam a própria política).

*Advogada e doutoranda em Sociologia, autora da tese de mestrado “Essa fala foi dela companheiro: o pé na porta e a participação das mulheres na Federação Única dos Petroleiros”

POR QUE O DESTAQUE DE MULHERES CAUSA TANTO INCÔMODO AOS HOMENS?

Episódios de desqualificação de homens contra mulheres, além de vergonha alheia, um ideal de masculinidade frágil

A greve nacional dos petroleiros chegava ao seu oitavo dia, no dia 23 de dezembro do ano passado, com dezenas de bases mobilizadas, milhares de trabalhadores paralisados e, finalmente, uma proposta apresentada pela direção da Petrobrás. Havia - e continua havendo - divergências sobre o encerramento ou continuidade da mobilização da categoria, como é de se esperar num contexto da democracia sindical. Mas o que "roubou" a cena foi a virulência de uma mensagem que atacava diretamente a aparência física da diretora da Federação Única dos Petroleiros (FUP) e linha de frente das negociações, Cibele Vieira:

“Uma pessoa que não tem nem a capacidade de se vestir dignamente, se mostrar diante de ministros, presidente da República, diretoria executiva de forma decente... Se apresentar de uma forma que passe credibilidade... Vocês veem a forma que ela se expõe nas redes sociais, eu nem pegaria a ficha de emprego se eu visse ela vestida desse jeito. Independente da inteligência da pessoa, a aparência conta muito.”

Cerca de dois meses depois, no dia 21 de fevereiro, após o confronto válido pelas quartas de final do Campeonato Paulista de Futebol Masculino, entre Bragantino e São Paulo, o zagueiro da equipe do interior, Gustavo Marques, desferiu as seguintes palavras à árbitra da partida, Daiane Muniz, considerada pela crítica especializada como uma das melhores da competição:

“Primeiramente, quero falar da arbitragem porque não adianta jogar contra São Paulo, Palmeiras, Corinthians e eles colocarem uma mulher para apitar um jogo desse tamanho. Era nosso sonho chegar à semifinal, ou até a final, mas ela acabou com nosso jogo. Acho que a Federação Paulista tem que olhar para os jogos desse tamanho e não colocar uma mulher. Todo respeito às mulheres do mundo, sou casado, tenho minha mãe, então desculpa se estou falando alguma coisa para as mulheres.”

No dia seguinte, 22 de fevereiro, o presidente dos Estados Unidos conseguiu transformar uma façanha histórica em mais um dos seus ataques misóginos. Logo após o time de hóquei masculino vencer seu arquirrival Canadá e conquistar a medalha de ouro nas Olimpíadas de Inverno após 46 anos, Donald Trump fez uma chamada de vídeo com os atletas ainda no vestiário, por intermédio do diretor do FBI, Kash Patel, na qual os convidou ao Capitólio. Entretanto, fez questão de menosprezar a conquista de ouro do time de hóquei feminino, também sobre o Canadá, que havia acontecido no dia anterior:

“Tenho que dizer que precisaremos trazer a seleção feminina também. Vocês sabem disso. Elas provavelmente me destituiriam (caso não convidasse), certo?”

MAS POR QUE O SUCESSO DAS MULHERES CAUSA TANTO INCÔMODO AOS HOMENS? NÃO É UM FENÔMENO NOVO. E NÃO É CASUAL. QUANDO AS MULHERES GANHAM DESTAQUE, A VELHA ESTRUTURA PATRIARCAL SE SENTE AMEAÇADA, E OS HOMENS RECUSAM A ACEITAR A PERDA DE PRIVILÉGIOS. COM ISSO, AFLORAM OS ATAQUES ÀS MULHERES, QUE PODEM SURTIR COMO SILENCIAMENTO E DESCLASSIFICAÇÕES, ATÉ VIOLÊNCIAS FÍSICAS.

Essa lógica, infelizmente, não está restrita a nenhum espectro político e, muitas vezes, é observada em espaços de esquerda, incluindo o meio sindical. Essa dinâmica é explicada pela jornalista, militante do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e coordenadora do Boxe Sem Terra, Aline Antunes:

“A construção patriarcal da nossa sociedade faz com que os homens, inclusive aqueles que temos como aliados, sintam-se ameaçados com o desenvolvimento profissional, intelectual e financeiro das mulheres. O destaque das mulheres que ocupam lugares de destaque pode gerar desde reações mais comuns, como o silenciamento, mas muitas vezes escalona a casos de violência mais graves que, infelizmente, têm transbordado nos noticiários recentes. Importante reafirmar que o machismo não se elimina imediatamente apenas por nos colocarmos dentro de um espectro de esquerda ou progressista. Ainda dentro da política, do esporte, da educação e comunicação popular enfrentamos diariamente situações em que homens, homens aliados, tentam nos ensinar as funções para as quais estudamos e nos preparamos por anos.”

NESSE CONTEXTO, UM DOS OBJETIVOS DA LUTA FEMINISTA É MOSTRAR AOS HOMENS QUE AS MULHERES NÃO PRETENDEM TOMAR OS SEUS LUGARES, MAS ACESSAR ESPAÇOS QUE ANTES LHE ERAM RESTRITOS. E, COM ISSO, O FOCO NÃO ESTÁ NO RECONHECIMENTO INDIVIDUAL DE UMA MULHER, DE MANEIRA PERSONALISTA, MAS NO AVANÇO DA IGUALDADE DE GÊNERO DA SOCIEDADE - UM DOS PILARES FUNDAMENTAIS DE UMA DEMOCRACIA REAL.

Essa é a opinião de Patrícia de Jesús, vice coordenadora do Sindipetro ES, diretora da FUP e integrante do Coletivo de Mulheres da federação:

“O sucesso das mulheres incomoda alguns homens porque eles cresceram acreditando que poder, reconhecimento e liderança eram territórios exclusivamente masculinos. Quando veem uma mulher avançando, muitos interpretam isso como ameaça, como se estivéssemos tentando ‘tomar o lugar’ deles. Mas não é sobre isso. Nós não queremos ocupar o lugar de ninguém — queremos apenas ocupar o nosso lugar, com liberdade, oportunidade e respeito. O incômodo não nasce do nosso sucesso, mas da quebra de um privilégio antigo. E é justamente por isso que continuamos avançando: para que a conquista de uma mulher não seja vista como perda para um homem, e sim como evolução para todos..”

DADOS QUE FALAM

OS NÚMEROS DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO BRASIL

Os números da violência contra as mulheres no Brasil, falam por si só. A Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher, realizada desde 2005 pelo Observatório da Mulher contra a Violência do Senado Federal, dá um claro panorama da alarmante situação. A seguir, separamos alguns dos principais dados da edição de 2025.

**QUATRO MULHERES
MORREM POR DIA
NO BRASIL VÍTIMAS
DE FEMINICÍDIO.**

Entre 2020 e 2024, foram registrados anualmente entre 1.355 e 1.459 feminicídios. São Paulo é o Estado que registrou mais casos de feminicídio em 2025, com 233.

3,7 MILHÕES
sofreram violência doméstica ou familiar nos últimos 12 meses.

SÃO 25 MILHÕES DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA NOS ÚLTIMOS 12 MESES - EM RELAÇÃO À ABUSO FÍSICO, PSICOLÓGICO, SEXUAL, PATRIMONIAL OU MORAL - QUE NÃO SABEM OU NÃO RECONHECEM COMO TAL.

7 EM CADA 10

DOS CASOS DE AGRESSÃO TIVERAM TESTEMUNHAS.

34%

DECLARAM DEPENDÊNCIA FINANCEIRA DO AGRESSOR.

58%

DAS VÍTIMAS NÃO DENUNCIOU NEM BUSCOU ÓRGÃOS DO ESTADO. AS VÍTIMAS PROCURAM PRIORITARIAMENTE A FAMÍLIA, DEPOIS A IGREJA E, EM SEGUIDA, AMIGOS; SOMENTE DEPOIS BUSCAM ATENDIMENTO ESTATAL, COMO O LIGUE 180 OU A DELEGACIA.

A MAIORIA DAS MULHERES QUE DECLARARAM TER SOFRIDO VIOLÊNCIA TEVE A VIDA AFETADA, PRIMEIRO, NA ROTINA DIÁRIA (69%).

71%

DAS AGRESSÕES COM TESTEMUNHAS FORAM PRESENCIADAS POR CRIANÇAS

76%

DAS VÍTIMAS AFIRMAM TER RENDA DE ATÉ DOIS SALÁRIOS MÍNIMOS, INDICANDO QUE TRÊS EM CADA CINCO MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA VIVEM COM BAIXOS RENDIMENTOS.

70%

AFIRMA QUE O BRASIL É UM PAÍS “MUITO MACHISTA”, O QUE REPRESENTA 60,9 MILHÕES DE MULHERES.



Debate sobre masculinidade é fundamental para avançar.

O IDEAL DE MASCULINIDADE ADOECE HOMENS E MULHERES

Discussão sobre masculinidade é importante não apenas para libertar as mulheres de padrões opressivos, como também os homens de comportamentos autodestrutivos

No final do século XIX, mais precisamente no ano de 1897, o francês Émile Durkheim lançou uma obra que é considerada a fundadora do rigor metodológico da sociologia. O livro "O Suicídio" contestou, a partir de análises estatísticas, a ideia vigente até então de que o autoextermínio era uma decisão meramente individual.

Na época, existia um mito de que as mulheres tinham mais problemas psicológicos - sendo maioria nos manicômios -, e, por isso, cometiam mais suicídios. Mas Durkheim comprovou por meio de dados que, comparativamente, os homens se suicidavam mais que as mulheres. Com isso, demonstrou também que as internações em manicômios ocorriam por um controle social, fruto de um sistema patriarcal.

Esse clássico das Ciências Sociais - revisitado, aprimorado e até contrariado ao longo dos anos -, revelou, dentre outras coisas, o caráter paradoxal do machismo estrutural. Ou seja, o machismo gera efeitos colaterais não apenas para as vítimas, as mulheres, como também para os atores que se beneficiam - em parte - desse sistema, os homens.

Apesar de, historicamente, os homens exercerem um poder de controle simbólico e concreto sobre as mulheres, inclusive sobre sua saúde mental, eles também adoecem diante de um ideal de masculinidade inalcançável e, conseqüentemente, extremamente nocivo. Abaixo, a reportagem selecionou alguns dados que apontam para esse fenômeno:

De acordo com o Ministério da Saúde, o suicídio é quatro vezes mais recorrente entre homens: são 9,9 mortes autoprovocadas por cada 100 mil habitantes, enquanto entre mulheres o número cai para 2,6 casos por 100 mil habitantes.

Segundo dados do Ministério da Saúde, em 2023, o consumo abusivo de álcool entre mulheres é de 15,2%, enquanto entre homens é de 27,3%.

De acordo com o 3º Levantamento Nacional de Álcool e Drogas, lançado em 2023, 10,8% utilizaram alguma substância ilícita ao longo do ano anterior; entre as mulheres a porcentagem foi de 5,6%.

COMO MUDAR ESSE CENÁRIO?

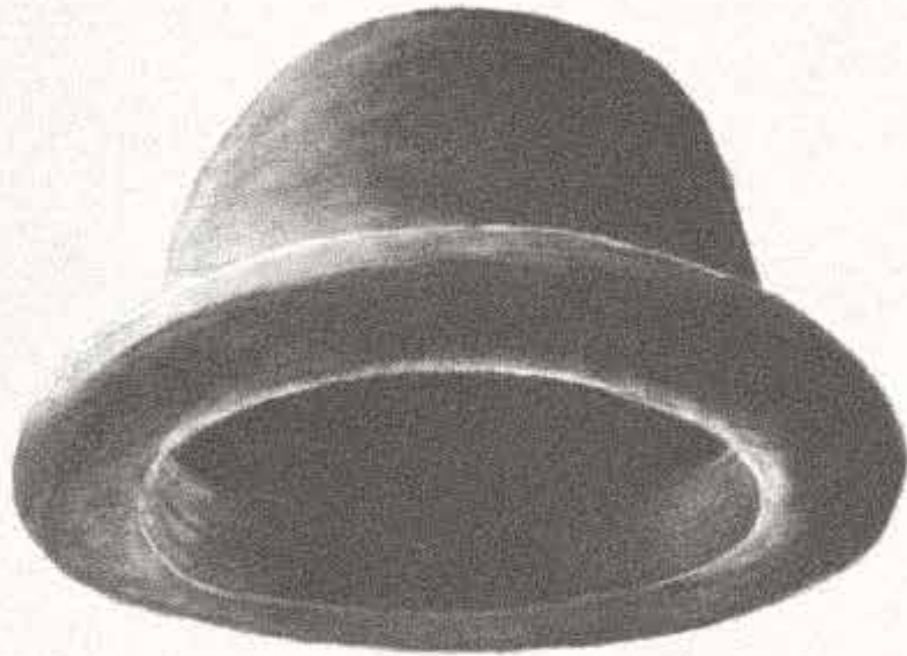
Assim como as origens desses problemas são multifatoriais, ou seja, não se pode apontar apenas para uma causa - mesmo estando sob o guarda-chuva maior do machismo estrutural -, as soluções também podem ser diversas e, inclusive, modificarem-se ao longo do tempo. Um dos caminhos abertos nos últimos anos são os grupos reflexivos sobre masculinidade.

Apesar de muito diversos, eles podem ser divididos em dois “tipos” de grupos: um voltado para homens que cometeram violência de gênero e outro que agrega homens que não necessariamente cometeram algum tipo de violência, mas gostariam de ressignificar sua masculinidade.

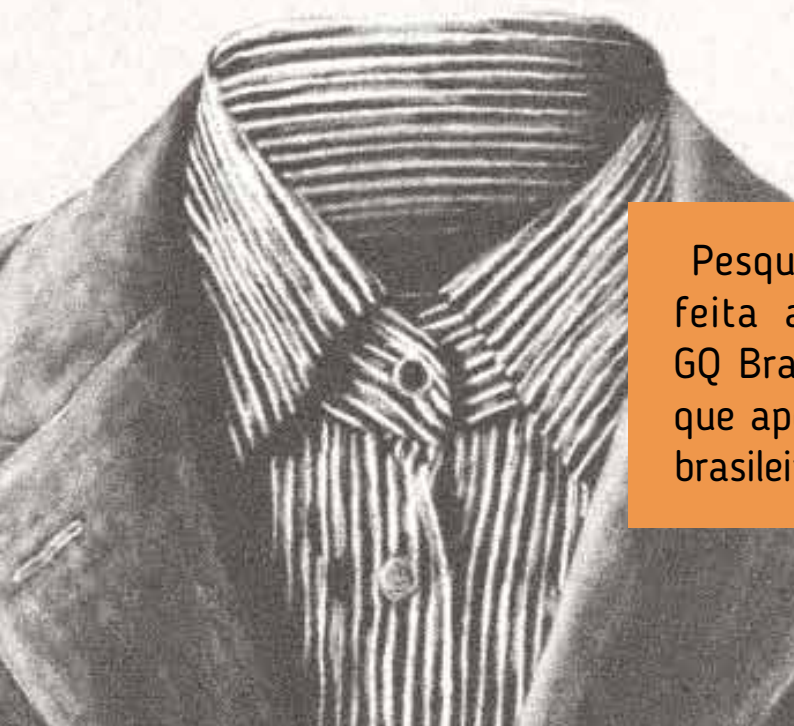
No caso dos grupos reflexivos de homens em situação de violência contra mulheres, sua origem remonta ao final da década de 1970 nos Estados Unidos. No Brasil, as primeiras experiências surgiram na década de 1990 e ganharam mais força nos últimos anos, principalmente com a Lei Maria da Penha, que prevê programas de reeducação e recuperação para homens infratores. De acordo com o Mapeamento Nacional dos Grupos Reflexivos e Responsabilizados para Homens Autores de Violência Doméstica e Familiar contra Mulheres, de 2023, o Brasil possui 498 grupos.

Já na aba dos grupos de homens que não necessariamente cometeram violência de gênero, são várias as iniciativas, formatos e objetivos.

Alguns são abertos a todos os tipos de homens, outros focados em grupos identitários, como homens negros. Uma experiência que se destaca dentro desse universo que procura desconstruir a masculinidade é a do Projeto Memoh, que promove anualmente dois ciclos de oito encontros de seus grupos reflexivos. Segundo a própria página do projeto, o objetivo é promover um espaço de troca entre homens, focado na responsabilização, a partir de uma perspectiva política e feminista. “Já passou da hora dos homens assumirem a responsabilidade e entender que ‘problemas de gênero’ são problemas nossos também”, aponta o site do projeto.



O Ministério da Saúde divulgou que, em 2024, o tabagismo atingiu 13,8% dos homens e 9,8% das mulheres.



Pesquisa do Instituto Ideia, feita a pedido da Revista GQ Brasil, de 2022, mostrou que apenas 16% dos homens brasileiros fazem terapia.

Levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2024, mostra que a expectativa de vida dos homens brasileiro é de 73,3 anos, enquanto das mulheres é de 79,9.

CONFIRA O SITE DO PROJETO MEMOH:
[HTTPS://MEMOH.COM.BR/](https://memoh.com.br/)



TBG ARQUIVA DENÚNCIA DE ASSÉDIO SEM OUVIR TODAS AS TESTEMUNHAS

Empregada relata falhas na apuração interna e questiona reclassificação do caso pela holding

Da Redação

Uma denúncia formal de assédio sexual registrada por uma empregada da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil (TBG), subsidiária da Petrobrás, foi arquivada após mais de um ano de tramitação interna sem que todas as testemunhas indicadas fossem ouvidas, segundo relato e documentos aos quais a reportagem teve acesso.

O caso ocorreu em junho de 2024, durante viagem de trabalho ao Rio de Janeiro. A trabalhadora, então com pouco mais de um mês na empresa, formalizou denúncia contra um supervisor por episódios que teriam ocorrido, durante cinco dias consecutivos, em ambientes coletivos, como restaurante de hotel, elevador e recepção. Dentre as situações descritas estão toques físicos não consentidos, comentários de cunho sexual e insistentes convites após negativa.

A denúncia foi inicialmente registrada no canal de *compliance* da TBG. De acordo com a trabalhadora, o processo levou mais de um ano para ser concluído e foi encerrado como “não caracterizado” ou “inconclusivo”. Posteriormente, o caso foi reencaminhado ao sistema da Ouvidoria da Petrobrás.

Documentos mostram que a manifestação foi reclassificada no sistema da holding, deixando de constar como denúncia de assédio e passando a tramitar como “reclamação”. A denunciante relata ter perdido acesso ao andamento do processo e às justificativas técnicas do encerramento.

Outro episódio citado ocorreu durante reunião interna sobre prevenção ao assédio. O supervisor investigado teria questionado, publicamente, como se proteger de “denúncias de má-fé”. A resposta da área de *compliance*, segundo gravação apresentada à reportagem, destacou que a melhor forma de proteção é manter conduta adequada e respeitosa.

A empregada afirma que, neste momento, sua principal preocupação deixou de ser a punição individual e passou a ser a forma como a apuração foi conduzida. “Se isso aconteceu comigo, pode estar acontecendo com outras pessoas”, diz.

O caso também reacende o debate sobre assimetrias de poder no ambiente corporativo e como homens em posições hierárquicas elevadas, sobretudo em setores historicamente masculinizados, podem se

beneficiar do controle sobre avaliações, promoções e contratos para constranger ou silenciar subordinadas. A combinação entre autoridade formal e cultura organizacional permissiva cria barreiras adicionais para quem decide denunciar.

Especialistas em governança corporativa destacam que canais de denúncia e políticas de *compliance* só cumprem sua função quando garantem apuração rigorosa, proteção às partes e transparência nos procedimentos. A confiança no sistema é elemento central a fim de que vítimas e testemunhas se sintam seguras para relatar irregularidades. Quando há percepção de falhas, demora excessiva ou ausência de escuta adequada, o efeito pode ser inverso: desencorajar novas denúncias e reforçar o silêncio em ambientes já marcados por hierarquias rígidas.

Procuradas pela reportagem, a Petrobrás e a TBG receberam questionamentos detalhados sobre o fluxo de apuração, os critérios adotados para o arquivamento e a eventual reclassificação da denúncia no sistema interno. Até o fechamento desta edição, as empresas não enviaram respostas.



ASSÉDIO E PRECARIZAÇÃO EXPÕEM FALHAS NO RESPEITO À DIGNIDADE HUMANA

Ambientes precarizados e o medo do desemprego abrem espaço para o assédio e a violação de direitos

Por Cristiane Reis de Souza, Técnica de Operação REPLAN, advogada e coordenadora do Coletivo de mulheres petroleiras - Sindipetro Unificado SP

Quando uma mulher decide denunciar o assédio, o enfrentamento vai muito além do agressor. Ela passa a enfrentar uma sociedade inteira, que precisa ter a coragem de reconhecer que falhou na proteção da dignidade das pessoas. Em vez de acolhimento, muitas vítimas encontram desconfiança, silêncio e responsabilização, como se expor a violência fosse um problema individual e não um reflexo de falhas estruturais.

Essa realidade se torna ainda mais evidente quando observamos quem são as principais vítimas da violência contra a mulher no Brasil. Mulheres negras e pobres lideram as estatísticas de violência, assédio e feminicídio. São elas que ocupam os postos de trabalho mais precarizados, com menos proteção institucional, menor visibilidade e maiores obstáculos para denunciar abusos. O recorte de gênero, raça e classe escancara que a violência não é distribuída de forma igual na sociedade.

Na Replan, a maior refinaria do país, essa desigualdade também se manifesta de forma concreta. A troca do contrato da limpeza atingiu diretamente um quadro de trabalhadores composto, em sua maioria, por mulheres. A mudança resultou na demissão de de muitos trabalhadores ou de muitas trabalhadoras e na redução significativa da equipe, impondo uma sobrecarga exaustiva àquelas que permaneceram no contrato. Mulheres que já enfrentavam jornadas duras passaram a acumular ainda mais tarefas, em um ambiente marcado pela pressão e pela

insegurança.

Os impactos da mudança contratual não se limitaram às condições de trabalho. A redução do efetivo comprometeu a saúde de todos que circulam pela refinaria. O lixo passou a não ser recolhido com a frequência necessária, e trabalhadores relataram passar dias sem papel higiênico e sabonete nos banheiros. Trata-se de uma situação que vai além da precarização laboral: configura uma falha grave no respeito à dignidade humana em um dos maiores complexos industriais do país.

Ambientes degradados, insalubres e marcados pela sobrecarga criam condições ainda mais propícias ao assédio e à violação de direitos. Quando o medo do desemprego se soma à ausência de condições básicas de higiene e a canais frágeis de denúncia, o silêncio acaba sendo imposto como mecanismo de sobrevivência.

Denunciar o assédio, nesse contexto, é um ato de coragem que expõe não apenas um agressor, mas um sistema inteiro. Um sistema que precisa reconhecer que falhou – ao precarizar o trabalho, ao ignorar o impacto dessas decisões sobre mulheres, especialmente negras e pobres, e ao tolerar situações que ferem a dignidade humana. Enfrentar essa realidade exige responsabilidade institucional, respeito aos trabalhadores e o compromisso efetivo de garantir condições dignas em todos os espaços de trabalho, especialmente na maior refinaria do país.

Foto: Marcelo Aguilar



Cibele Vieira, diretora do Unificado e da FUP

CIBELE VIEIRA: “A RAIZ DA VIOLÊNCIA É A IDEIA DE QUE A MULHER EXISTE EM FUNÇÃO DO HOMEM”

De canais internos da Petrobrás ao Ligue 180, conheça seus direitos e os caminhos para romper o silêncio

Da Redação

A atual dirigente sindical da categoria petroleira entrou na Petrobrás em 2002, aos 20 anos, ao mesmo tempo em que iniciava a graduação em Ciências Sociais. Sem trajetória prévia no movimento estudantil, foi no encontro entre a prática na empresa e a teoria na universidade que começou a construir sua formação política e sindical.

Única mulher da sua turma ao ingressar na Petrobrás, enfrentou desde o início situações explícitas de discriminação. Ao longo de mais de duas décadas, viu mudanças importantes na empresa e no movimento sindical, mas afirma que o machismo estrutural ainda molda comportamentos, relações de poder e episódios de assédio. Nesta entrevista, ela fala sobre trajetória, enfrentamentos e os desafios das mulheres na categoria.

DE 2002 PARA CÁ, O QUE MUDOU PARA AS MULHERES NA CATEGORIA?

Mudou muita coisa, mas ainda está longe do ideal. O machismo continua sendo estrutural e os espaços de poder seguem organizados a partir de uma lógica masculina, que não considera as necessidades das mulheres. A grande mudança recente veio no pós-pandemia, quando o trabalho remoto e a reorganização da rotina fizeram com que muitos homens passassem a vivenciar mais diretamente as demandas da casa e da família. Isso deslocou o debate: temas como divisão de tarefas, cuidado com filhos e organização de agendas deixaram de ser vistos como “questão das mulheres”

e passaram a ser percebidos como responsabilidade coletiva.

QUAIS SÃO HOJE AS PAUTAS MAIS URGENTES DAS MULHERES PETROLEIRAS?

A campanha contra a violência tem um peso grande porque tenta atingir a raiz do problema. Não é só a agressão física. É a concepção de que a mulher existe em função do homem, como auxiliar, como apoio. Essa visão sustenta o assédio moral, o assédio sexual e as desigualdades. Enquanto essa mentalidade não mudar, a violência continua.

APÓS A ÚLTIMA GREVE, VOCÊ FOI ALVO DE ATAQUES RELACIONADOS À SUA APARÊNCIA. COMO ANALISA ESSE EPISÓDIO?

Sempre que uma mulher ocupa um espaço de direção, a primeira coisa que fazem é olhar para a aparência. Comentam a roupa, o cabelo, o jeito de falar. Se fala mais firme, é chamada de mandona; se fala mais tranquila, dizem que não tem pulso. No meu caso, as críticas vieram muito nessa linha da roupa, mas não era só sobre estética – tinha um conteúdo claro de classe ali.

Existe uma ideia de que para ocupar determinados espaços você precisa ter uma determinada imagem, um padrão que é muito marcado por classe social. Quando a roupa não corresponde a esse padrão, quando não é a “roupa esperada” para

quem está na direção, isso vira motivo de ataque. É como se dissessem: “esse não é o seu lugar”. Não é uma crítica neutra, é uma forma de deslegitimar.

A leitura que fazem é atravessada por preconceito de classe e por machismo. Em vez de debater o conteúdo da greve, as posições políticas, preferem desviar para a aparência. É uma tentativa de enfraquecer a liderança atingindo pontos que historicamente são usados para controlar as mulheres: o corpo e a imagem.

No fundo, o incômodo é com mulheres ocupando espaço de poder, especialmente em uma categoria que ainda é majoritariamente masculina. A crítica à roupa é só a superfície de algo muito mais profundo.

O CONGRESSO DA FUP DESTES ANOS ELEGERÁ A PRÓXIMA GESTÃO. QUE SINALIZAÇÕES ESSE PROCESSO TRAZ PARA O FUTURO DA ENTIDADE?

Há um fortalecimento do papel das mulheres na direção, fruto de um processo construído ao longo dos anos, inclusive pelo coletivo de mulheres. Isso abre a possibilidade de termos, pela primeira vez, uma chapa encabeçada por mulher. É uma construção coletiva que reflete mudanças na categoria.

Leia a entrevista completa e o depoimento de petroleiras sobre Cibele Vieira em SINDIPETRO.SP.ORG.BR